



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): RELEXÕES E PERSPECTIVAS**

Silmara Cássia Barbosa Mélo

*Universidade Federal da Paraíba*

[silmaracassia2008@hotmail.com](mailto:silmaracassia2008@hotmail.com)

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar e propor reflexões sobre dois importantes documentos da história da educação brasileira: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e o Plano Nacional de Educação (PNE). O estudo faz a apresentação das propostas gerais de ambos os documentos e expõem algumas reflexões sobre os princípios norteadores dos documentos citados, trazendo reflexões e as perspectivas acerca do atual quadro de discussão sobre o PNE enquanto uma política de Estado, fruto das lutas da sociedade organizada. Propomos uma análise à luz dos estudos de Saviani (2008, 2011), Dourado (2011), dentre outros, destacando que o Manifesto de 32 significou uma luta pela implantação da escola pública, leiga e gratuita, e defesa pelo reconhecimento da Educação como problema prioritário e responsabilidade do Estado. Contudo, inúmeras propostas ainda hoje não se concretizaram. Muitas ideias defendidas pelos Pioneiros continuam tendo validade sejam como afirmação de valores, objetivos a serem alcançados ou como orientações para educação. Nesta direção, temos o PNE (2014-2024), Lei N° 13.005/2014 que traduz a compreensão de que a política educacional deve ser concebida e praticada considerando o pensamento, as reivindicações e os anseios de uma sociedade.

### **Introdução**

Nas palavras de Gadotti (2010), na educação brasileira existe um atraso secular, desde a época dos jesuítas, a colônia, o império e a república. Apenas no século XX, mais especificamente na década de 30, que o período de revolução no Brasil dar abertura para diversos segmentos. E é neste período de ebulição vivido pelo país que a educação passa a ser posta em discussão por intelectuais como sendo dentre a hierarquia dos problemas nacionais o mais importante.

Lançado em 1932 o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, um documento histórico em que 26 intelectuais expressavam seus anseios a respeito da educação, visava à organização do sistema de ensino, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros. Não diferente, em prol de uma educação pública de qualidade, e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

atendendo ao previsto no Artigo 214 da Constituição Federal de 1988, e ao estabelecido pela LDBEN nº9394/96, o PNE (2001-2011) foi criado através de um projeto de lei para vigorar pelo prazo de dez anos, sendo em sua primeira versão composto por 10 diretrizes objetivas e 20 metas, onde são explicitadas as estratégias para sua execução que vigorou no período de 2001-2011 (esgotou-se em 9/1/2011). No PNE (nº 10.172/2001), como será explicitado no Capítulo 3, acabou prevalecendo à proposta do governo.

A proposta do PNE (2001-2011) surge da pressão social produzida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em que várias entidades que compareceram ao referido fórum forçaram o governo a se mover quando deram entrada, na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 1998, no PNE. Um plano elaborado coletivamente por educadores, profissionais da educação, estudantes, pais de alunos etc., no I e II Congresso Nacional de Educação (CONED), o qual ficou conhecido como *PNE da Sociedade Brasileira*. Tal ação forçou o governo a desengavetar o seu plano, encaminhado em 11/2/98 à Câmara como anexo ao PNE da Sociedade Brasileira, sob o nº 4.173/98, como destacam Valente e Romano (2002).

É nesse contexto que nos questionamos: até que ponto o Manifesto de 32 e o PNE dialogam acerca de ideais e perspectivas para educação? Existem conceitos em comum nos citados documentos? O que o PNE, sendo o mais atual, propõe de forma similar ou diferente em relação ao Manifesto? Contudo, é importante ressaltar que ambos os documentos tiveram significados diferentes sendo necessário contextualizá-los em dado momento da história da educação brasileira.

Para isso, procederemos à análise das propostas gerais dos dois documentos com o objetivo de identificar as perspectivas de e para educação que são apresentadas, assim também como evidenciar princípios que os documentos ressaltam, ampliam, ou mudam com relação a organização do sistema de ensino. Neste sentido, este estudo fará a apresentação das propostas gerais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, do PNE (2014-2024), e, por fim, algumas reflexões sobre os princípios norteadores dos documentos citados.

### **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em 1930, com a Revolução, a sociedade brasileira sofreu profundas modificações, passou do modelo socioeconômico, agrário comercial e exportador dependente, para um baseado na industrialização. Nesse período Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e dividiu o curso secundário em Ciclo Fundamental e Complementar, tendo Francisco Luiz da Silva Campos como Ministro. É na Reforma de Gustavo Capanema que por influência do movimento renovador que estipulou o planejamento escolar e propôs a previsão de recursos para implantar a reforma, dando atenção à estruturação da carreira docente. Neste período o Brasil se constituía um país de analfabetos e era necessária uma medida revolucionária com relação à educação (SAVANI, 2011).

Na abertura da IV Conferência Nacional de Educação em dezembro de 1931, organizada pela Associação Brasileira de Educação<sup>1</sup> sob a direção de diferentes posições filosóficas, políticas e religiosas, que no discurso de abertura o então Presidente Getúlio Vargas convida, ou melhor, “convoca” intelectuais e educadores da época a pensarem em um plano nacional de educação, pois o país estava vivendo um novo tempo, e assim, também deveria propor uma educação revolucionária condizendo com o momento histórico.

Assim convocados, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho dentre outros, num total de 26 signatários, foi organizado um documento lançado em março de 1932. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 foi direcionado “ao povo e ao governo”, um documento que traçava os caminhos da educação brasileira, com uma proposta de reconstrução educacional.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (MANIFESTO, 1932).

Segundo o Manifesto, dentre todos os problemas nacionais, a educação era o mais grave e urgente para a reconstrução nacional, apenas ela seria capaz de colocar a economia e a sociedade em nível de igualdade com o restante do mundo. A chamada “reforma das

---

<sup>1</sup> A ABE surgiu em 1924 por iniciativa de 13 intelectuais cariocas, mesmo que a intenção de sua criação tivesse sido a formação de um “partido político”, essa instituição firmou-se enquanto um órgão apolítico que congregava vários interesses na causa da educação brasileira (SAVIANI, 2011).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

reformas”, se referem às tentativas dos estados da federação de organizar a educação, no entanto, nada tão grandioso e ambicioso como o que propunha Manifesto, numa luta por uma educação além do formalismo.

O desejo da existência de uma sociedade homogênea e democrática com foco na igualdade de oportunidades para todos era exposto no Manifesto, “era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para as elites” (ARANHA, 2006, p.304).

Neste contexto, o Manifesto surge como objeto fundador de discussão e análise sobre o sistema educacional público brasileiro, constituindo um plano de ação nacional e visando à estruturação de um sistema educacional. Um documento emblemático, capaz de revelar um grande teor simbólico, transformando-se em um espaço de discussão e reflexão sobre o ambiente político, social e educacional.

Dentre os ideais para educação propostos no Manifesto estava à concepção da educação natural e integral do indivíduo, respeitando as aptidões e personalidade de cada um e preocupada com o homem enquanto ser social. Defendia a educação enquanto direito de todos de acordo com as necessidades de cada sujeito, em que o Estado seria responsável em assegurar tal direito recebendo a colaboração da instituição familiar, diferentemente do que acontecia anteriormente (LEMME, 2005).

Também é expressa no documento a ideia de que para assegurar o direito a educação seria necessária que esta fosse obrigatória, laica, gratuita e que existisse a coeducação, em que meninas e meninos pudessem aprender juntos. O Estado por sua vez, iria adotar uma política global, unitária. Mas para se concretizar era necessário traçar planos bem definidos, a criação de um sistema “em que os educandos possam ascender, através de uma escala educacional contínuos, das escolas pré-primárias, às primárias, secundárias e ao ensino superior, de acordo com sua capacidade, aptidões e aspirações, e nunca por suas diferenças em poder econômico” (LEMME, 2005, p.172-173).

Sobre a escola secundária, os pioneiros acreditavam ser o “ponto nevrálgico” da questão, nas palavras de Cunha (1997),



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Retomando a inspiração socialista, defendia-se aí que a escola secundária deveria ser unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, o que seria conseguido mediante mudanças curriculares: ela teria os primeiros três anos voltados para o fornecimento de uma sólida base comum de cultura geral, para posterior bifurcação (p.14).

O ensino secundário não seria mais seletivo, uma educação para o trabalho e uma educação para cultura, mas sim para transformar-se em algo em que todos tivessem as mesmas oportunidades. A escola não deveria está a serviço de nenhuma classe, mas a serviço do indivíduo para fazer com que o mesmo pudesse participar da vida social. (CUNHA, 1997).

É válido ressaltar as palavras de um dos pioneiros da Educação Nova, Paschoal Lemme<sup>2</sup>, que diferentemente da maioria dos pioneiros acreditava que não há uma educação democrática se não existir uma sociedade verdadeiramente democrática, o que invertia o pensamento liberal de que através da democratização da escola haveria igualdade social. Contudo, o mesmo fez parte do movimento sendo um dos signatários porque na época nada era mais inovador que propor o direito da educação para todos independente de classes sociais (BRANDÃO, 2010).

O Manifesto ainda destaca a formação dos professores, considerando-os como pertencentes à “elite da sociedade” e convidando-os a tomar consciência da importância de seu papel para reconstrução educacional do Brasil. Os professores devem ser formados e receber remuneração digna para manter a eficiência no trabalho, sendo a dignidade e o prestígio necessários para um bom desempenho de sua função.

Além destes aspectos, o documento pontua de forma bastante enfática à falta de espírito filosófico e científico na construção dos conhecimentos adquiridos pela a escola. Esta base científica era um conhecimento considerado essencial no contexto da renovação educacional proposta pelo o Manifesto. Bases que tinham como metas uma aplicação do ensino da teoria associada à prática educacional aos serviços escolares, aos processos pedagógicos dos professores e ao interior da escola como um espaço de experimentação pedagógica. Assim, propunha o rompimento com a improvisação e o amadorismo da atividade docente e tinha como chave para a transformação da escola uma atitude científica, com a aquisição de conhecimentos, experimentação, ensaios, ideias, teorias e respeito aos

---

<sup>2</sup> Paschoal Lemme, por seguir a corrente ideológica do marxismo diferentemente da maioria dos pioneiros, os quais pregavam o ideal liberal, teve seu pensamento marginalizado, e até mesmo silenciado por muitos anos, passando suas obras a serem lidas e conhecidas nos anos 80 (BRANDÃO, 2010).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

fatos comprovados. Os pioneiros assumiram a missão de conduzir o Brasil à modernidade pela via da Educação, procuraram introduzir mais filosofia e metodologia científica para a resolução dos problemas e conduziram a educação para ambientes além da escola.

O texto ainda apresenta as funções educacionais, a unidade, a autonomia e a descentralização. Destacando no aspecto da unidade a reação contra tudo que possa quebrar a unidade educacional e afirmam que a educação deve formar o indivíduo como um todo. Quanto à autonomia os manifestantes defendiam a que a educação não deveria ficar nas mãos do Estado, mas ser dirigida e coordenada por técnicos e educadores cientes dos problemas da educação e capacitados para resolvê-los. Por último, a descentralização que objetivava desenvolver um plano metódico comum a ser seguido por todo o país, porém adaptando-o de acordo com as características de cada região brasileira.

Nesta conjuntura o Manifesto apelava para uma organização da estrutura orgânica, porém revela a necessidade de romper com os paradigmas anteriores, fundados no imobilismo e conformismo dos moldes educacionais, que correspondiam aos anseios de uma velha oligarquia republicana, e que, segundo o Manifesto, deveriam ser substituída pela atividade criadora proposta pelos signatários baseada nos estudos de John Dewey.

Portanto, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova traz uma visão moderna de educação, com uma proposta pautada em princípios de ética nas relações sociais, com valores de autonomia, respeito à diversidade, igualdade, liberdade e solidariedade. De fato, sua proposta educacional causou grandes repercussões na sociedade da época e, é lembrada até hoje como um documento de grande importância enquanto objeto fundador de discussão sobre o sistema educacional público brasileiro. Os pioneiros trouxeram a proposta da Escola Nova com o objetivo de produzir indivíduos orientados para a democracia e não para dominação, uma educação como ferramenta democrática. Eles acreditavam na educação como fonte da identidade de consciência nacional, e isso significa um novo rumo alcançando sua completude e qualidade para todos.



O documento é finalizado ressaltando o papel do Estado frente à Educação, assim como a ideia com qual inicia,

[...] o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana (MANIFESTO, 1932).

Contudo, é válido refletirmos que após mais de 81 anos de Manifesto, em que todos estes princípios foram apresentados enquanto a propositura de uma revolução educacional, muito a educação atual tem a redirecionar suas perspectivas, tendo em vista uma educação pública, laica e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros. É nesse sentido, de fazer o plano nacional de educação enquanto uma política de Estado e não de governo que caminha a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) (DOURADO, 2011).

### **O Plano Nacional de Educação (2001-2011/ 2014-2024)**

Se na década de 30 a concepção de um “plano de educação” tornou-se importante para as discursões sobre a organização da educação, na “Nova República”, pois “a sua marca foi o democratismo com o que a ideia de introduzir, pelo plano, uma espécie de racionalidade democrática se revestiu de ambiguidade; finalmente, na era FHC, o plano se transmutou em instrumento de introdução da racionalidade financeira na educação” (SAVIANI, 2010, p. 391).

O PNE foi criado através de um projeto de lei para vigorar pelo prazo de 10 anos, sendo composto por 10 diretrizes objetivas e 20 metas onde são explicitadas as estratégias para sua execução. O prazo do primeiro PNE (2001-2011) já se esgotou em 9/1/2011. Neste, a sociedade política, sociedade civil, profissionais da educação, e outros grupos também participam do debate acerca da política nacional de educação, como evidencia Dourado (2011). Se no primeiro PNE (2001-2011) o projeto do governo prevaleceu, apesar de todo o movimento organizado e os debates promovidos nos CONEDs, o novo PNE (2014-2024), também contou com a CONAE.



Em 2010, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação (CONAE), um movimento envolvendo a sociedade civil e política, com representantes de diferentes setores da sociedade, possibilitou um debate democrático para traçar os rumos da educação brasileira, da creche a Pós-Graduação. A CONAE foi vista como uma forma de garantir aos cidadãos que a educação escolar, enquanto política social, direito de todos e um dever indeclinável do Estado, seja oferecida com qualidade, permitindo assim o acesso e a permanência do conjunto da população à escola. No Projeto de Lei nº 8.035/2010 do PNE, a educação é parte de toda a sociedade e deve ser encarado como problema social a ser solucionado por todos, partindo do princípio da responsabilidade social. A CONAE de 2010 foi precedida por conferências municipais e intermunicipais realizadas no ano anterior, quando foi debatido um Documento Referência, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do governo federal. Isso significa que o debate produzido, na ocasião, já estava “orientado” por uma perspectiva que contemplava a intenção do governo.

Mesmo a CONAE tendo como diferencial a “convocação” da sociedade, uma “mobilização social”, dando ao povo a possibilidade de expressar seus anseios com relação à educação, é preciso compreender a forma com que são tomadas as decisões.

O projeto de lei 8.035/2010 do PNE, encaminhado ao Congresso Nacional, era composto por dez diretrizes, 20 metas, seguidas por estratégias para sua efetivação. Dentre as diretrizes, a primeira está voltada para “erradicação do analfabetismo” e a nona para a “valorização dos profissionais da educação”. Após a aprovação do PNE, pelo Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 13.005/2014 pela presidência da república, que institui o PNE que passa a vigorar de 25 de junho de 2014 a 14 de junho de 2024. A referida lei compõe-se de 14 artigos, 20 metas e 243 estratégias a serem cumpridas nos próximos dez anos (BRASIL, 2014).

No ano de 2014, em fevereiro, estava previsto a realização da II CONAE, mas sua realização foi adiada<sup>45</sup>. Entretanto, as conferências municipais e intermunicipais já haviam sido realizadas tendo, novamente, um Documento Referência elaborado pelo Ministério da Educação. A história se repete, porém com “atores” diferentes, o próprio MEC elabora o documento. Entretanto, é preciso considerar que mesmo com o envolvimento de diferentes





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

segmentos, no processo de discussão e elaboração de uma política, isto é, no contexto de produção de texto que envolve a constituição desta, não significa que seja garantia de uma proposta realmente coesa com a justiça social.

Neste momento é perceptível um diferencial em relação ao Manifesto de 1932, agora o povo também teve a possibilidade de expressar seus anseios com relação à educação. Sendo assim, podemos perceber a necessidade de trazer o conhecimento do plano a toda população e, de uma fiscalização ativa de toda sociedade para fazer com que se concretizem as propostas do mesmo. Com o exercício da cidadania, teremos de fato as melhorias necessárias para o avanço da educação nacional.

O objetivo maior do PNE é o de garantir aos cidadãos que a educação escolar, enquanto política social, direito de todos e um dever indeclinável do Estado, seja oferecida com qualidade, permitindo assim o acesso e a permanência do conjunto da população à escola. Este compromisso com a educação é parte de toda a sociedade e deve ser encarado como problema social a ser solucionado por todos, partindo do princípio da responsabilidade social.

O PNE considera a atuação de uma gestão democrática como fundamental para a organização do trabalho pedagógico, pois esta procura desenvolver com mais qualidade o ensino na instituição, buscando avaliá-lo, construindo e reconstruindo continuamente para fazer com que progrida a autonomia, refletindo e atuando nos problemas e soluções. Segundo Anísio Teixeira, signatário do Manifesto, para que a escola se tornasse de fato democrática ela deveria colocar em prática este ideal, um novo modo de vida. Isso implicaria em uma escola que fosse um espaço onde de fato se vivesse a democracia, esta atitude deveria partir do aluno, do professor e da direção da escola (TEIXEIRA, 2010, p. 29).

O Plano Nacional de Educação coloca como uma exigência que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias. E para isso é preciso sistematizar, para que não acabe caindo numa rotina de repetições, pois “sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante” (SAVIANI, 2008, p. 80). Neste sentido, se faz necessário uma ação intencional. Nas palavras de Saviani (2010), o plano educacional “é exatamente o instrumento que visa



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

introduzir racionalidade na prática educativa como condição para superar o espontaneísmo e as improvisações, que são o oposto da educação sistematizada e de sua organização na forma de sistema” (p. 389).

No entanto, embora o Plano Nacional de Educação tenha este objetivo de sistematizar as unidades de ensino introduzindo na prática educativa melhores condições de educação, melhor qualidade na aprendizagem e uma educação para todos em todos os sentidos possíveis de igualdade. Este alvo ainda não foi alcançado, podemos observar que os avanços ainda não são significativos e o país continua com uma educação longe da altura das suas necessidades, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade como afirmavam os pioneiros (MANIFESTO 1932).

### **Reflexões e perspectivas**

Ao realizar uma análise do PNE e do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, podemos observar que ambos se aproximam em alguns aspectos. Segundo o PNE obter qualidade na educação é necessário que os educadores, além de ensinar, ajude seus alunos a integrar ensino a vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. O Manifesto relata de forma similar que o sistema educacional deveria prover conhecimento científico e aplicá-los no espaço de experimentação pedagógica. Propõe uma atividade docente pragmática, transformadora com a aquisição de conhecimentos, mas também voltada a experimentação, ensaios, ideias, teorias e respeito aos fatos comprovados.

Diante destas análises realizadas entre estes dois documentos que marcam historicamente a educação brasileira pode-se verificar um quadro dos avanços e retrocessos na educação brasileira nos últimos séculos. A partir delas, são reveladas algumas melhorias nas áreas da educação e da sociedade brasileira. Tomando-se como base os dados divulgados pelo IBGE (2010), na última década a taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas com mais de 15 anos teve queda significativa (de 14,7% para 10%). Porém, ainda está aquém da meta Educação Básica de Qualidade para Todos, que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio<sup>3</sup>, pois o Brasil é o sétimo país do mundo em número de analfabetos, sendo que 18 milhões destes nunca passaram pela escola.

---

<sup>3</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no que tange à educação, visam garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico (GONÇALVES, 2010).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Se finda que as limitações sociais da educação, a baixa condição socioeconômica dos alunos, a ineficiência de escolas de qualidade e as gestões de cunho antidemocrático continuam recorrentes. Sendo, portanto necessário à formulação e implantação de novas políticas públicas para continuar os avanços da educação. Pois o desafio do sistema educacional brasileiro continua amplo e ambicioso, sugerindo um conjunto de ações, que demandam aumento significativo não apenas de investimentos, como também de uma educação para todos em todos os sentidos possíveis de igualdade.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tinha como princípio de democratização uma educação, oferecendo oportunidades iguais a todos os membros da sociedade, presumia uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional, isto ainda hoje não pôde ser levado à prática. O fato de se apresentar como "uma reforma integral", caracteriza seu aspecto inovador que buscava estabelecer a base de uma educação nacional voltada para uma política escolar e cultural que fosse o programa de governo, na parte educacional, para obra de reorganização do país.

Assim também o Plano Nacional de Educação é um instrumento que permite assegurar o caráter intencional da atividade educativa própria da escola possibilitando a precaução contínua no que se refere à equivalência entre os recursos e meios postos em movimento e os objetivos e metas a serem alcançados. Estas e outras medidas de caráter democrático propostas na atualidade pelo o Plano Nacional de Educação, já foram almeçadas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. No entanto, ainda continuamos com os mesmos anseios, isto é a prova do quanto à educação brasileira caminha a passos lentos em relação ao resto o mundo.

### **Considerações Finais**

Portanto, o Manifesto dos Pioneiros, objeto de análise desse artigo, constitui um plano de ação nacional visando à estruturação de um sistema educacional e transformou-se num lugar de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social da primeira metade do século XX, mais especificamente nos anos 20 e 30. Neste sentido, o Manifesto significou uma luta



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pela implantação da escola pública, leiga e gratuita, e por defender o reconhecimento da Educação como problema prioritário e responsabilidade do Estado. Suas propostas foram para o futuro e o futuro chegou. No entanto, as inúmeras propostas ainda não se concretizaram. Muitas das ideias defendidas pelos Pioneiros continuam tendo validade sejam como afirmação de valores, objetivos a serem alcançados ou como orientações para educação.

Para dar continuidade a essa luta, hoje temos o Novo PNE (2014-2024), elaborado segundo a vontade popular, para definir a intervenção plurianual do Poder Público e da sociedade. O PNE traduz a compreensão de que a política educacional deve ser concebida e praticada considerando o pensamento, as reivindicações e os anseios da sociedade. Neste sentido, é uma espécie de salvo-conduto para que o governo continue implantando uma política de comprometimento com a população brasileira. É fundamental prosseguir a luta em favor de um verdadeiro PNE, fruto das lutas da sociedade organizada, nas disputas em torno dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

Portanto, podemos afirmar que as vitórias até aqui conquistadas foram um passo tão importante quanto todas as anteriores. Nada ainda está resolvido, mas caminhamos. É verdade que a estrada é longa, pois exigimos a universalização do direito à educação pública de qualidade para todos e a disposição de percorrê-la, enfrentando todo e qualquer obstáculo é ainda maior. A luta dos Pioneiros da Educação Nova por um novo PNE continua!

### Referências

- ARANHA, Maria Lúcia. **História da Educação e da Pedagogia: geral do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRANDÃO, Zaia. **Paschoal Lemme**. Recife: Editora Masangana, 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado, 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/72231507/dou-edicao-extra-secao-1-26-06-2014-pg-1>>. Acesso em: 09 de jul. de 2014.
- CUNHA, Luiz Antônio. Apresentação. Educação para democracia: uma lição de política prática. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação para democracia: introdução à administração educacional**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GONÇALVES, Dalcio Marinho. Universalização da Educação Básica no Brasil: Utopia para a construção de uma Educação Integral. Rio de Janeiro/JR – 2009/2010. Dissertação de



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011 – 2020):** avaliação e perspectivas. Goiás: Editora da UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GADOTTI, Moacir. A escola que queremos construir. **Revista Construir Notícias**. Ano 9. nº 54, set/out, 2010.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Rev. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/52704521/Paschoal-Lemme-Manifesto-dos-Pioneiros> Acesso em: 19/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Memórias de um educador**. 2. ed. – Brasília: Inep, 2004. 5 v. : il.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Coleção Educadores – MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2010, vol.15, n.44, pp. 380-392. ISSN 1413-2478.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: plano nacional de educação ou carta de intenção? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, set. /2002, p. 96-107. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 22 de mar. de 2014.